

LEITURA: ASPECTOS SOCIAIS DA COMPREENSÃO

Roberto Gomes CAMACHO¹

- RESUMO: Este trabalho discute o ato de compreensão, relacionando-o a processos sociais e ideológicos como formas de restrição do acesso à leitura.
- UNITERMOS: Compreensão; leitura; diversidade lingüística; padronização lingüística; discurso escrito; discurso oral.

A especulação científica a respeito dos processos discursivos orais e escritos tem privilegiado o ponto de vista do falante, de modo tal que a teoria da linguagem vem-se constituindo numa tentativa de explicar mais a produção do que a compreensão dos atos verbais. Exemplos dessa perspectiva são os conceitos de *língua* e *competência*, desenvolvidos pelos dois paradigmas dominantes da lingüística contemporânea. Em decorrência disso, o problema da compreensão é resolvido de maneira equivocada, já que a produção e a compreensão são consideradas não somente fenômenos assimétricos, mas, sobretudo a compreensão é encarada como uma produção invertida. (Parret, 1988 p. 20)

Como um princípio, consideremos que o processo de compreensão não deve ser governado por regras de produção, recorrendo à noção wittgensteiniana mais ampla de regularidade discursiva, no sentido de *estratégia de compreensão*. A compreensão não é assimilável à competência produtiva, constitui um conjunto de estratégias práticas que permitem inferir a significância, limitada pelo contexto, de enunciados verbais determinados pela interação. (Parret, p. 208)

Não há espaço para o ingênuo no estabelecimento das condições de possibilidade para seguir-se uma estratégia no processo de interação verbal: as estratégias não são nunca inocentemente transparentes, são essencialmente opacas, polêmicas e comprometidas com o poder. Retornando ao uso etimologicamente primitivo do termo, o do ponto de vista polemológico, Parret (1988) afirma que as estratégias

1. Departamento de Teoria Lingüística e Literária - Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas - Unesp - 15055 - São José do Rio Preto - SP

manifestam, em virtude de sua dependência do político, uma racionalidade que é, por sua vez, dependente da comunidade. Em razão disso, seguir estratégias é marcado por uma racionalidade que transcende as contingências. É preciso acrescentar, entretanto, que uma teoria adequada da compreensão não permite a redução desse caráter comunitário da significância à objetividade do sentido: compreender é, antes, uma habilidade prática para interpretar um contexto.

Centrando a atenção no ato mesmo de descodificação, é possível focar ainda o processo de compreensão com base na distinção fundamental entre signo e sinal, estabelecida por Bakhtin, considerando que o "essencial da tarefa de descodificação não consiste em reconhecer a forma utilizada, mas compreendê-la num contexto preciso, compreender sua significação numa enunciação particular. Em suma, perceber seu caráter de novidade e não somente sua conformidade à norma." (1979, p. 79)

Há aí, como se nota, uma importante distinção entre identificação e compreensão, de que se aproveita Bakhtin para introduzir crítica já bem conhecida à lingüística formalista, especialmente o estruturalismo saussuriano, que rotulou de objetivismo abstrato.

Entende Bakhtin que só importa para a consciência subjetiva do usuário a forma lingüística enquanto signo variável e flexível, não como sinal estável e sempre igual a si mesmo. Tais condições é que permitem que a enunciação lingüística se torne adequada às condições da situação concreta determinada.

Assim, se o processo de descodificação consiste basicamente na compreensão de uma seqüência de signos num contexto determinado, supõe-se com Bakhtin que, ultrapassando o nível da identificação, a leitura implica não mera reconstituição de significantes, mas a transformação de uma seqüência de sinais em uma verdadeira seqüência de signos. A atribuição de significados a significantes parece pressupor, por seu lado, que o enunciatário apresente uma competência, em termos do conhecimento de estratégias de compreensão no mínimo similar à do produtor do texto. Esse enfoque permite considerar que o processo de compreensão deve ser abordado a partir de uma relação dialética entre texto e condições de produção.

O processo de leitura envolve, assim, os interlocutores do processo de enunciação verbal que, supõe-se, façam parte das condições gerais de produção e recepção do discurso, de modo tal que as condicionem e sejam por elas condicionadas. A pragmática é a dimensão constitutiva da linguagem que exerce o papel preponderante no ato de compreensão e interpretação; isso está claramente explícito em Parret e um tanto implícito em Bakhtin. Há tendências diversas e relevantes a serem consideradas nesse âmbito, relativas aos diversos tipos de pragmática, quando se trata de explicar as condições de produção discursiva. Entende Parret (1988) que o modo mais fácil de classificar tipos de pragmática é considerar os contextos relevantes para uma abordagem pertinente da compreensão dos discursos. Interessa-nos aqui a reordenação que Parret elabora, do ponto de vista metapragmático, dos vários modos de encarar as estratégias, dentre os quais o da sociolingüística.

Distinguem-se aí cinco tipos de contextos, diretamente vinculados aos participantes do ato de enunciação, cada qual relacionado, por sua vez, a uma diferente perspectiva teórica. Referimo-nos às condições de ordem *co-textual*, *existencial*, *acional*, *psicológica* e *situacional*, que discutiremos a seguir.

As abordagens que ultrapassaram o nível da sentença, como a *Linguística Textual*, a *Análise do Discurso* e a *Análise da Conversação*, introduziram técnicas de análise de macrounidades discursivas, como parágrafos, fragmentos textuais, seqüências argumentativas, em que fatores relevantes como coesão e coerência funcionam como um macrossistema gramatical que forneça ao enunciatário pistas para a descoberta de significados. "Em contraste com as gramáticas sentenciais e as semânticas proposicionais clássicas", afirma Parret, "o co-texto funciona aqui como um contexto de descodificação." (1988, p. 17)

Outro importante deslocamento, a partir do qual o imanentismo cedeu espaço à pragmática na análise linguística, diz respeito à inclusão dos referentes na compreensão do significado. Nesse caso a linguagem contém índices de localização espaço-temporal que se manifestam nas categorias dêiticas de pessoa, tempo e aspecto. Essas categorias, que manifestam o contexto existencial na estrutura linguística, deslocam o foco de interesse da semântica para a pragmática. Esse deslocamento, que opõe o imanentismo à idéia de que a compreensão e a interpretação de seqüências verbais têm um caro débito com o referente, encontra em Benveniste (1966) seu mais importante precursor.

O contexto acional ganhou relevância a partir da distinção entre verbo constativo e verbo performativo. A estrutura verbal permite não só descrever ações, mas passa a constituir, ela própria, uma ação, de tal modo que sentenças performativas são contextos de si próprias. A distinção precursora entre verbos performativo e constativo acabou, depois, sendo ultrapassada pela idéia de que todo enunciado descritivo, não apenas os que contém verbos performativos, tem uma força ilocucionária a partir da qual é possível distinguir o conteúdo proposicional das razões perlocucionais. Além de incluir o princípio de que os atos de fala são regidos por regras, incorpora-se a idéia de que a ação linguística é intencional, isto é, o falante tem intenções específicas ao elaborar um enunciado, que devem ser, ademais, reconhecidas.

A abordagem do discurso enquanto ação e dos atos de fala enquanto intencionalmente condicionados conduz à incorporação de categorias mentais e psicológicas na teoria pragmática da linguagem. Intenções, crenças, desejos são, todavia, pertinentes para a pragmática, na medida em que sejam reconhecidos socialmente, isto é, sejam convencionalizados. Assim, só é relevante para o enfoque pragmático a atividade mental "que se realiza em procedimentos de produção e compreensão de processos linguísticos determinados gramaticalmente." (Parret, 1988, p. 21)

O contexto situacional foi propositalmente deixado para o fim, por ser o aspecto pragmático do processo de compreensão que nos interessa. São os fatores, que determinam parcialmente o significado das seqüências linguísticas, desenvolvidos comumente por enfoques como os da Sociolinguística e da Sociologia da Linguagem.

Situações sociais, em que se destacam papéis dos participantes no processo de comunicação, as hierarquias sociais e a autoridade do falante, socialmente reconhecida, seja no nível da interação verbal ou de comunidades mais amplas, constituem determinantes que dão forma não somente às propriedades convencionais de unidades textuais, mas também às estruturas argumentativas e persuasivas do discurso.

O que indagamos aqui, reconhecida a relevância pragmática do contexto situacional, é a respeito da natureza dos problemas que esse aspecto da linguagem coloca especificamente para o ato de leitura, tal como aqui se coloca, como uma questão de compreensão. Pode-se afirmar que sua origem radica na relação de conflito entre diversidade e padronização lingüística.

Um dos postulados mais caros à Sociolingüística consiste na afirmação de que a variação é uma característica inerente da linguagem: "Está realmente evidenciada a existência de variação e de estruturas heterogêneas nas comunidades lingüísticas investigadas. A existência de qualquer outro tipo de comunidade é que pode ser posta em dúvida. Chegamos à conclusão, nos últimos anos, de que é essa a situação *normal*; a heterogeneidade não é só *comum*, é o resultado natural de fatores lingüísticos básicos. Defendemos a idéia de que a ausência de variação estilística e de sistemas multiestratificados é que seria disfuncional." (Labov, 1972, p. 203) (Tradução nossa)

O postulado acima faz parte da alternativa teórica introduzida por Labov para resolver questões relacionadas à estrutura gramatical, que foram, de certo modo, colocadas entre parênteses pelos enfoques estruturalista e gerativista até então vigentes. Além de, por princípio, considerar a variação inerente ao sistema lingüístico, Labov o aborda metodologicamente como o conjunto de formas manifestadas no contexto social por falantes reais em processo de interação verbal. Nessa perspectiva, a linguagem constitui-se de fatores lingüísticos, estruturais, e também de fatores extralingüísticos, situacionais, que, conjugados, participam ativamente da seleção de regras de formulação sentencial, favorecendo algumas e inibindo outras.

O programa laboviano foi desfazer, no início, o princípio da homogeneidade, tão caro ao prescritivismo lingüístico, para o qual a teoria da linguagem contribuiu: a metodologia descritivista desenvolveu, através de seus instrumentos de análise, um modelo abstrato de relações que descarta o estudo de todas as determinantes autorizadas pelo domínio da enunciação, todas as condições pragmáticas enumeradas por Parret. É verdade que, na origem de uma concepção teórica dessa natureza acha-se uma compreensível busca de apreensão das relações internas e regras mais gerais, subjacentes ao uso cotidiano. Entretanto, pagou-se por isso um preço muito caro, cujo débito a teoria da linguagem vem resgatando recentemente, através da Lingüística Textual, da Análise do Discurso, da Sociolingüística, da Filosofia da Linguagem e de outras tendências mais recentes.

Deixando de lado a discussão teórico-metodológica, centremos atenção na relação entre diversidade e padronização, processo do qual a atitude prescritivista é o principal beneficiário. Como uma conseqüência natural da variação, todos os

sistemas lingüísticos apresentam, em menor ou maior escala, algum tipo de padronização e normatização.

Pode-se afirmar, com efeito, que certas regras que governam a produção dos atos verbais constituem variação particular de um tipo de norma que dirige o comportamento social de uma comunidade inteira. É instrutivo, nesse aspecto, o exemplo de Wolfram & Fasold (1974, p. 17-8): se alguém come ervilhas com uma colher ou com um garfo é irrelevante em termos do teor alimentício da leguminosa e de sua capacidade de suprir a fome do indivíduo, embora não seja socialmente adequado comer ervilhas com uma colher (ainda que possa parecer mais eficiente). Similarmente, aplicar-se ou não uma regra de concordância verbal é funcionalmente indiferente em termos de adequação comunicativa e cognitivamente irrelevante em termos de avaliação da capacidade de raciocínio do falante. Não obstante, a aplicação da regra é mais apropriada socialmente, pelo menos em certas situações, do que o inverso.

Em virtude de fatores socioculturais de diversa natureza, línguas ou variedades de uma língua não têm, por conseguinte equivalência em termos estritamente sociais. É possível deduzir disso que o processo de padronização é um fenômeno social inevitável, embora esteja oscilando permanentemente entre a formalidade do discurso escrito e a informalidade do discurso oral.

Pode-se, com efeito, referir-se a um processo formal de padronização, quando se trata, especificamente, do modo normativo-prescritivo de regulamentação lingüística que aparece nas gramáticas escolares, dicionários, guias ortográficos e nas indicações das Academias de Letras. Nesse caso, a língua padrão, criada através de um procedimento formal, está fundamentada na modalidade escrita e literária, cujos casos exemplares são, muitas vezes, os escritores renomados do passado. No entanto, as forças que dirigem o processo de evolução lingüística podem ser mais poderosas que a influência exercida por esses mecanismos formais de padronização, de modo que a modalidade normativa assim criada pode ser ignorada na comunicação oral corrente. Isso não significa, não obstante, que não venha a exercer influência nesses procedimentos informais; funcionam na verdade como guias para a atribuição de valores sociais de prestígio, que acabam vinculando-se à forma lingüística.

É relevante discutir agora o papel que a padronização lingüística desempenha no processo de compreensão. Tal como a diversidade social, a diversidade lingüística não é abertamente reconhecida pelas instituições, dentre as quais a escola. As formas normativamente selecionadas, sobretudo para situações mais solenes e, às vezes, mesmo para ocasiões familiares, pertencem à variedade das classes dominantes e demais categorias sociais a elas vinculadas. As formas excluídas desse paradigma não passam, nesse conceito, de realizações imperfeitas de linguagem. Como tal, cumpre às instituições ignorá-las e ignorar seus usuários, como é de costume, ou corrigi-las devidamente, função essa exercida pela escola.

Na escola, a variedade padrão assume um papel prescritivista, sob a denominação de norma pedagógica. Embora seja uma variedade cujo acesso está circunscrito às classes privilegiadas, é tratada comumente nas instituições encarregadas da

padronização formal como uma variedade neutra, a *lingua*, vale dizer, um sistema ideal que paira sobre a diversidade.²

É importante acrescentar aqui que nem todos os membros de uma comunidade logram ter acesso a todas as variantes, o que significaria dominar todas as condições de produção verbal e ser capaz de exercer adequadamente os diferentes papéis sociais que o contexto situacional determina, já que são as relações sociais entre os participantes do processo de comunicação verbal que condicionam as regras adequadas de seleção dos atos de linguagem. A restrição do acesso à variedade padrão, imposta a uma parte de todos os integrantes da comunidade, impede seriamente o acesso aos conteúdos referenciais disponíveis. Constitui, assim, a linguagem o principal e mais ocultado instrumento de discriminação social. Não é incomum ouvir-se, afinal, que não existem diferenças dialetais no Brasil.

Durante o processo histórico da afirmação de uma variedade sobre a outra, entre as línguas européias, foi sempre fundamental a associação da eleita com a modalidade escrita. A legitimação se completou finalmente com a veiculação de informações institucionais, de natureza política e cultural. Além disso, vincula-se à tradição gramatical e passa a funcionar como ponto de referência para o correto (Gnerre, 1985). O que se pode deduzir desse processo é que nada há de neutro na legitimação de uma variedade e, sobretudo, nada de intrinsecamente lingüístico. Ensina-nos a História que há um processo político em que predominam, como principal protagonista do jogo, as relações de poder.

O resultado principal do estabelecimento de qualquer norma social, no que se inclui o padrão de linguagem é a fixação de um arquétipo, de um verdadeiro modelo. Uma vez que, nos procedimentos que produzem esse modelo, não se distingue a ação voluntária ou, ao menos, a intenção e a finalidade de um legislador, é esse arquétipo, segundo Rey (1972), progressivamente desligado da vontade dele para fundar-se ficticiamente em uma norma constituída, que basta observar-se para que institua naturalmente um modelo de uso sadio que tenha o direito de sanar os desvios, as diferenças: "O discurso avaliativo-prescritivo da classe dominante abriga-se sob a constatação de uma lei abstrata. A regra da *ratio*, que os gramáticos se empenham em descobrir por trás dos 'usos', é assimilada a uma pseudo-obrigação da norma social (o uso geral) e oculta, na realidade, uma intenção unificante e opressora." (p. 8) (Tradução nossa)

Essa idéia de *ratio* corresponde implicitamente aos princípios gerais com que Bakhtin caracteriza o objetivismo abstrato, referindo-se criticamente à teoria da linguagem. A idéia de um modelo que, embora por detrás dos usos, não os leva de fato em consideração, é que possibilita a intenção uniformizadora e coercitiva, abrigando, ainda, a reboque, o conceito de que a língua constitui sistema estável imutável, de formas lingüísticas submetidas a uma norma já estabelecida e apresentada à consciência individual como indiscutível. Os atos individuais de linguagem são,

2. Para uma discussão mais detalhada desse assunto, ver Camacho (1985).

além disso, sob esse ponto de vista, simples variações fortuitas ou refrações das formas normativas. (1979, p. 68)

Definir a variedade padrão como pseudo-sistema significa que passa a ser ela o próprio sistema, que em grande parte ignora, ou, mais significativamente, passa a ser uma parte do sistema todo, evidentemente, a 'boa' parte. Essa forma de aparência por que se assume o real, a essência, é instrumento político e ideológico.

Outro traço tipicamente ideológico, relacionado à fixação de padrões lingüísticos, é o próprio discurso que os instaura. Os objetivos do discurso normativo tornam-no, ao mesmo tempo, eventual condenador de outros discursos e um discurso definidor: ao rejeitar uma parte dos usos lingüísticos da comunidade, delimita, ao mesmo tempo, um objeto – a variedade padrão. Uma das características essenciais do discurso normativo é que seu caráter, a um só tempo, autoritário e coercitivo é freqüentemente omitido. O discurso modalizado de natureza prescritivista é em geral abandonado a favor de uma estruturação que lhe dá a aparência de um discurso didático, objetivo e neutro. (Rey, 1972)

Esse discurso normativo se configura como um dos procedimentos institucionais de exclusão de outros discursos, nos mesmos termos em que, segundo Foucault, todo o poder da palavra emana da ordem institucional: "(...) o discurso está na ordem das leis que, já há muito tempo, vela por seu aparecimento; que lhe preparou um lugar que o honra mas que o desarma e que, se consegue algum poder, é de nós e somente de nós que ele o obtém." (1980, p. 4) (Tradução nossa)

Entende Foucault que toda sociedade controla, seleciona e redistribui a produção do discurso mediante procedimentos de exclusão bem conhecidos, cuja função é afastar os perigos, dominar o evento aleatório que constitui o discurso e desviar-se de sua materialidade, a um só tempo pesada e temível. É curioso que, embora esses procedimentos regulem e controlem a produção discursiva, antes mesmo de sua manifestação, eles têm um efeito devastador no processo de compreensão.

Os sistemas de exclusão escoram-se no suporte institucional, materializado numa série de práticas sociais, como o sistema de ensino, o sistema de produção e distribuição de livros, as bibliotecas, as academias. Há três grupos de procedimentos de exclusão cada qual com uma função específica: limitação dos poderes do discurso, controle de suas aparições aleatórias e controle das condições de utilização do discurso, restringindo-lhe o acesso.

Distinguem-se, no terceiro grupo, quatro formas de procedimentos de exclusão. Para os propósitos deste trabalho, fixar-nos-emos no sistema que Foucault denomina 'sociedades de discurso'. Mesmo na ordem do discurso publicado, livre das ritualizações próprias da fala, que determinam a qualificação dos possíveis detentores da palavra, exercem-se formas de apropriação do segredo e do não-intercâmbio. O ato de escrever, institucionalizado no sistema de edição e na personagem do escritor, desenvolve-se nas 'sociedades de discurso', um tanto difusas, mas seguramente coercitivas. A singularidade fundamental que o escritor dá a seu livro, considerado um discurso em tudo diferente dos demais, manifesta a existência dessa espécie de

'sociedades de discurso'. Há procedimentos que funcionam diferentemente, de acordo com outros modelos de exclusão e de divulgação, como por exemplo, as formas de difusão do discurso da medicina, nas formas de apropriação do discurso da economia e da política.

Fechando o ciclo, é preciso discutir agora os procedimentos que controlam as condições de utilização, o tipo a que se refere Foucault como apropriação social dos discursos. O acesso a qualquer tipo de discurso teria seu direito garantido pelo sistema de educação, que, lamentavelmente, não é universal. O que o ensino permite e o que impede são linhas demarcadas pelas distâncias sociais, de modo que todo sistema de ensino é uma forma política de manter ou modificar a adequação dos discursos com os saberes e os poderes que eles implicam. (1980, p. 17)

O que se nota é que, primeiramente, no princípio de padronização da linguagem e, secundariamente, no privilégio que se atribui à modalidade escrita, inclusive como instrumento de fixação normativa, acham-se alguns procedimentos ideológicos de exclusão de grande parte dos falantes do processo de compreensão e interpretação dos discursos, tornando-se, assim, diferenciadas as condições sociais de acesso à leitura. É óbvia, nesse aspecto, a força que exercem as condições sociais, que repetem, na produção, distribuição e consumo de um bem cultural, como a compreensão dos discursos, as condições discriminatórias de produção, distribuição e consumo de bens materiais ordinários. (Althusser, 1980)

Há ainda outro aspecto ideológico a questionar relativo, especificamente, à crença nos aspectos extremamente positivos da escrita. Em comunidades culturalmente avançadas, grafocêntricas, não se põe em discussão o valor da leitura, cujo acesso é considerado um bem necessário. A pesquisa antropológica tem revisado o valor intrínseco atribuído à leitura pelas comunidades letradas, demonstrando que comunidades de cultura oral avaliam a escrita como incompleta, parcial, não confiável. Lembre-se da lição de escrita que Lévi-Strauss recebeu do chefe de uma tribo indígena, que o obriga a admitir que a função primária da publicação escrita foi facilitar a servidão (Gnerre, 1985). Além dessa perspectiva etnocêntrica, considere-se o emprego da escrita para fins estéticos, aparentemente desinteressados, como uma interpretação unilateral, particularmente referente à leitura, já que os valores dominantes a ela atribuídos são radicalmente distintos dos que lhe atribuem as classes dominadas. (Soares, 1988)

A literatura sociolinguística tem demonstrado que o processo de padronização linguística das comunidades letradas conduz a diferenças tão profundas no processo interacional, que os problemas de compreensão em atos de comunicação oral chegam a criar incomunicabilidade interdialetoal entre grupos socialmente distintos.

Nos Estados Unidos, as diferenças interdialetoais entre negros e brancos foram consideradas problema tipicamente educacional. A solução pedagógica foi, entretanto, equivocadamente providenciada, mediante programas de educação compensatória, baseados no princípio do déficit linguístico e cultural. (Labov, 1978)

É curioso observar a respeito desse assunto que, no português brasileiro, construções com subordinadas, típicas da variedade padrão, apresentam ambigüida-

de, freqüentemente resolvidas na variedade não-padrão pelas construções denominadas relativização copiadora. Observem-se os casos, citados por Lemle (1978, p. 83-4):

- a. Estou procurando a toalha que ele disse que secou.
- b. Estou procurando a toalha que ele disse que ele secou.
- c. Estou procurando a toalha que ele disse que ela secou.

Outro trabalho interessante nesse aspecto derruba o mito, comum mesmo em discussões acadêmicas, de que não é adequado denominar dialeto às variedades do português brasileiro. Trata-se de estudo desenvolvido em Brasília por Bortoni-Ricardo (1984), que analisa um conjunto significativo de problemas de comunicação em entrevistas gravadas com migrantes da zona rural, radicados numa cidade satélite de Brasília.

Considerando as determinações rituais que incidem sobre a entrevista, tipo de técnica de levantamento de dados utilizada no estudo, levantam-se três características desse tipo de evento, relacionadas aos papéis sociais dos participantes, em termos de direitos e deveres: a posição assimétrica dos interlocutores, certa disposição para a convergência e a insegurança lingüística do informante. Nesse caso específico a situação é assimétrica: o entrevistador tem nível universitário, enquanto o entrevistado é analfabeto ou semi-alfabetizado. Além disso, cabe ao entrevistador a função dominante, pois é ele que tem o direito unilateral de fazer perguntas e introduzir tópicos.

A convergência lingüística é um processo de acomodação mediante o qual os interlocutores procuram minimizar diferenças, de modo tal que pode ser perfeitamente considerada uma estratégia de compreensão. Os esforços de convergência das partes interessadas não foram capazes de evitar, entretanto, muitos problemas de compreensão, derivados de diferenças dialetais nos níveis fonológico, gramatical e semântico, porque o enunciatário não se acha familiarizado com: "a) determinada regra fonológica que altera a forma de uma palavra conhecida; b) determinada variante gramatical; c) o significado que determinada palavra assume no dialeto do interlocutor e d) o objeto ou estado de coisas a que a palavra se refere." (Bortoni-Ricardo, 1984, p. 17)

É interessante acrescentar que, embora a situação assimétrica entre os interlocutores conduza a uma posição desvantajosa do informante, tanto do ponto de vista social, quanto da organização dialógica, houve esforços de convergência dos entrevistadores no sentido de minimizá-la, tornando a situação mais cômoda para o entrevistado. O que chama a atenção é que uma situação assim de desvantagem social só tende a agravar-se quando um indivíduo em situação assimétrica se defronta com um interlocutor que não se importe com as diferenças dialetais, ou não tenha consciência delas. Mais grave ainda é considerar que muitos, conscientes da assimetria, podem dela apropriar-se para exercer controle político: uma variante mais complexa de formulação de uma sentença, ou de seleção lexical, é, em geral, condição suficiente para se operar uma limitação no acesso à compreensão de um discurso.

Casos exemplares como os acima discutidos lembram-nos que os problemas de compreensão e interpretação dos discursos não se restringem aos textos escritos. As duas modalidades de linguagem apresentam diferenças decorrentes de diferentes

condições de produção. O discurso falado tende a incorporar fatores não-verbais, como os fenômenos de ordem suprasegmental, gestos e sinais faciais; já o discurso escrito não dispõe senão de recursos lingüísticos. Além disso, o discurso falado, diferentemente do escrito, apresenta simultaneidade de produção e recepção, em função da interação face-a-face entre os participantes, de que resulta participação maior do contexto situacional. Tanto os enunciados orais quanto os escritos possuem propriedades específicas, decorrentes do jogo interacional de imagens recíprocas que elaboram os interlocutores. (Pêcheux, 1988)

Esses fatores, separados ou em conjunto, exercem função importante na seleção dos recursos expressivos. Nem por isso, entretanto, as duas modalidades constituem conjuntos sistemáticos e distintos de propriedades formais, com limites intransponíveis. Pelo contrário, ao produzir enunciados orais ou escritos, o falante seleciona os recursos expressivos do mesmo sistema lingüístico, adequando-os às finalidades específicas da natureza da enunciação. Embora tais condições de produção impliquem importantes diferenças estruturais no resultado final, não parece aconselhável distinguir a compreensão de discursos escritos e discursos falados, como se fossem atividades verbais extremamente diversas. Deve-se levar em conta apenas que a compreensão dos diferentes discursos implicará aplicação de diferentes estratégias, de acordo com a estruturação determinada pelas condições de produção discursivas.

É comum, com base nessas diferenças, afirmar-se uma suposta contextualização da fala, em oposição à escrita, que seria descontextualizada. Tal autonomia contextual é, contudo, enganosa, já que ambas as modalidades pressupõem a existência de textos que, por sua vez, pressupõem a existência de contextos. Requerer-se-ão conhecimentos pragmáticos do mundo e dos usos da língua para a interpretação da linguagem tanto de ouvintes quanto de leitores (Marcuschi, 1988, p. 43). Por conseguinte, os procedimentos de exclusão, derivados da relação fundamental entre padronização e diversidade lingüística, aplicam-se independentemente da natureza oral ou escrita do discurso, embora seja lícito afirmar que é a força da institucionalização da modalidade escrita e o prestígio social daí decorrente que age como principal fator, regendo, inclusive, a seleção dos discursos orais possíveis.

O papel da compreensão no processo de leitura conduz, ao que parece, ao contexto social amplamente considerado, em que injunções ideológicas ganham o espaço mais privilegiado. Nas décadas de 1970 e 1980, quando o processo de ensino da língua materna recebeu espaço nas publicações e nos encontros científicos, reconheceu-se que, no bojo de uma crise maior, existia também uma 'crise de leitura' consubstanciada em deficiências reais do sistema de ensino, mais especificamente, no processo de alfabetização, na insignificância quantitativa de textos, na má qualidade do material, no emprego do texto artificial, muitas vezes funcionando como pretexto para o mero reconhecimento das letras, considerados antes sinais de um código, que signos de um verdadeiro sistema de representação. (Ferreiro, 1985)

Convertidas num importante espaço de discussão, constituem ainda a leitura e a compreensão conceitos que, como tais, correm sérios riscos de sofrer interpretações

ideológicas, se todos os aspectos envolvidos, alguns dos quais abordados neste trabalho, não forem devidamente equacionados. Quando refletimos a respeito de leitura e compreensão nossas suposições, que são, certamente, derivadas da posição que desfrutamos nas relações de poder, podem obscurecer todos os valores sociais e ideológicos engastados no processo. Conceitos, como norma, língua nacional, escrita, leitura, fazem parte de um universo unilateral de referência. Como tal devem ser enfocados num processo dinâmico de interpretação recíproca em que as diferenças sociais, étnicas, se diluam e passem a fundir-se numa reflexão cientificamente verdadeira.

CAMACHO, R. G. Reading: social aspects of understanding. *Alfa*, São Paulo, v. 36, p. 11-24, 1992.

- **ABSTRACT:** *This paper discusses the understanding act relating it to social and ideological processes as ways of restricting the access to reading.*
- **KEYWORDS:** *Understanding; reading; linguistic diversity; linguistic standardization; oral discourse, written discourse.*

Referências bibliográficas

- ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Lisboa: Presença, 1980.
- BAKHTIN, M. (Voloshinov, V. N.) *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- BENVENISTE, E. *Problèmes de linguistique générale*. Paris: Gallimard, 1966.
- BORTONI-RICARDO, S. M. Problemas de comunicação interdialeto. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 78/79, p. 9-32, 1984.
- CAMACHO, R. G. O sistema escolar e o ensino da Língua Portuguesa. *Alfa*, São Paulo, v. 29, p. 1-7, 1985.
- FERREIRO, E. *Reflexões sobre alfabetização*. São Paulo: Cortez, 1985.
- FOUCAULT, M. *El orden del discurso*. Barcelona: Tusquets, 1980.
- GNERRE, M. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes, 1985.
- LABOV, W. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.
- _____. *Language in the inner city*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1978.
- LEMLE, M. Heterogeneidade dialetal: um apelo à pesquisa. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 53/54, p. 60-94, 1978.
- MARCUSCHI, L. A. Leitura e compreensão de texto falado e escrito como ato individual de uma prática social. In: ZILBERMAN, R., SILVA, E. T. (Org.) *Leitura: Perspectivas interdisciplinares*. São Paulo: Ática, 1988. p. 38-57.

- PARRET, H. *Enunciação e pragmática*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.
- PÉCHEUX, M. *Hacia el análisis automático del discurso*. Madrid: Gredos, 1978.
- REY, A. Usages, jugements et prescriptions linguistiques. *Langue Française*, Paris, v. 16, p. 4-28, 1972.
- SOARES, M. B. As condições sociais da leitura: uma reflexão em contraponto. In: ZILBERMAN, R., SILVA, E. T. (Org.) *Leitura: perspectivas Interdisciplinares*. São Paulo: Ática, 1988. p. 18-29.
- WOLFRAM, W., FASOLD, R. W. *The study of social dialects in American English*. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1974.